

AGRICULTURA E MAR

Gabinete do Ministro da Agricultura e Mar

Despacho n.º 1218/2026

Sumário: Reconhece como fenómeno climatérico adverso equiparável a catástrofe natural, nos termos da alínea a) do artigo 3.º, e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio, o fenómeno atmosférico adverso, identificado como depressão *Cláudia*, ocorrido entre os dias 12 e 14 de novembro de 2025.

Entre 12 e 14 de novembro de 2025, verificou-se a ocorrência, em todo o território continental, de episódios de precipitação forte e prolongada, granizo, trovoadas fortes e frequentes, assim como a ocorrência de episódios de vento forte com rajadas até 70 km/h, atingindo os 80 km/h nas terras altas.

Este evento climatérico extremo foi reconhecido pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e denominado como depressão *Cláudia*.

O impacto daquelas ocorrências fez-se sentir ao nível das explorações agrícolas, tendo os agricultores reportado múltiplos danos causados pela tempestade, com prejuízos elevados, afetando de forma grave a atividade das explorações afetadas.

A depressão *Cláudia* é suscetível de se caracterizar como um fenómeno climatérico adverso equiparável a catástrofe natural, que pode ser oficialmente reconhecido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio, e os danos por ele provocados, no potencial produtivo das explorações agrícolas das regiões afetadas, podem ser objeto do apoio que se refere à tipologia C.4.1.3 – «Restabelecimento do Potencial Produtivo», da intervenção C.4.1 – «Gestão de Riscos» do PEPAC no continente, nos termos da referida portaria.

O presente despacho visa reconhecer oficialmente, como fenómeno climatérico adverso equiparável a catástrofe natural, a depressão *Cláudia* que assolou as regiões de Portugal continental, e conceder o apoio que se refere à tipologia C.4.1.3 – «Restabelecimento do Potencial Produtivo» do PEPAC no continente, com vista à reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas e a criar condições para regressarem à sua atividade normal.

Assim, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio, determino o seguinte:

Artigo 1.º

É reconhecido como fenómeno climatérico adverso equiparável a catástrofe natural, nos termos da alínea a) do artigo 3.º, e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio, o fenómeno atmosférico adverso, identificado como depressão *Cláudia*, ocorrido entre os dias 12 e 14 de novembro, nas áreas geográficas em que a ocorrência e os danos foram comprovadamente verificados, correspondentes aos concelhos e respetivas freguesias, constantes do anexo ao presente despacho.

Artigo 2.º

1 – É concedido um apoio ao restabelecimento do potencial produtivo danificado, por efeito do referido fenómeno, nas explorações agrícolas situadas nos concelhos e respetivas freguesias constantes do anexo ao presente despacho.

2 – O presente apoio é concedido às despesas elegíveis, nos termos definidos no anexo I da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio.

3 – São elegíveis ao apoio referido no número anterior as explorações cujo dano sofrido seja superior a 30 % do potencial produtivo e cujo investimento associado represente um montante máximo e mínimo de, respetivamente, 400 000,00 euros e 5000,00 euros.

Artigo 3.º

1 – O montante global do apoio disponível é de 3 150 000,00 euros.

2 – O apoio é concedido na forma de subvenção não reembolsável e os níveis de apoio a conceder às operações elegíveis repartem-se pelos seguintes escalões:

a) 100 % da despesa elegível até 10 000,00 euros;

b) 80 % da despesa elegível superior a 10 000,00 euros, no caso de beneficiários detentores de seguros no âmbito do Sistema de Seguros Agrícolas, criado pelo Decreto-Lei n.º 162/2015, de 14 de agosto;

c) 50 % da despesa elegível superior a 10 000,00 euros, no caso de beneficiários não abrangidos pela alínea anterior.

3 – Para efeitos de aplicação dos níveis de apoio, a despesa elegível é fracionada, sucessivamente, pelos escalões previstos nas alíneas a), b) e c) do número anterior, de acordo com as respetivas condições, até ao limite do respetivo montante, recebendo cada fração da despesa elegível o nível de apoio que corresponda ao escalão em que fica enquadrada.

4 – À operação elegível é aplicada a taxa média resultante do fracionamento previsto no número anterior, que vigora durante toda a execução do projeto.

5 – Se o valor global das candidaturas elegíveis ultrapassar a dotação orçamental definida no n.º 1 do presente artigo, o montante individual a conceder é objeto de redução proporcional entre os respetivos candidatos.

6 – Do apoio a conceder são deduzidos os montantes das indemnizações de seguros ou outros mecanismos de gestão de risco, sendo apoiado o valor correspondente à franquia exigida no contrato de seguro agrícola.

Artigo 4.º

1 – São elegíveis as despesas efetuadas a partir da data da ocorrência do fenómeno climatérico adverso, em conformidade com o disposto no anexo I da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio, e nos termos do anexo ao presente despacho.

2 – As despesas elegíveis referidas no número anterior estão dependentes da verificação e confirmação, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, IP (CCDR, IP), territorialmente competente, dos prejuízos declarados.

3 – O procedimento de verificação e confirmação dos prejuízos declarados deve estar terminado no prazo máximo de 30 dias após o fim do período de submissão das candidaturas.

Artigo 5.º

1 – As candidaturas são apresentadas através de formulário eletrónico disponível no portal do PEPAC no continente, em www.pepac.pt, devendo ser submetidas a partir da data de entrada em vigor do presente despacho e até às 17 horas do dia 31 de março de 2026.

2 – A formalização da candidatura, nos termos referidos no número anterior, não dispensa a apresentação da declaração de prejuízos, a qual, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 240/2025/1, de 27 de maio, pode ser apresentada em simultâneo com a candidatura, ou até ao termo do respetivo prazo na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, IP, territorialmente competente.

3 – Os beneficiários só podem apresentar uma candidatura.

Artigo 6.º

O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

28 de janeiro de 2026. — O Ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes.

ANEXO

(a que se refere o artigo 1.º, o n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 4.º)

Depressão Cláudia – Região Centro

Concelho	Freguesia	Data da ocorrência
Fundão	Soalheira	12 a 14 de novembro
Leiria	União das Freguesias de Marrazes e Barosa	12 a 14 de novembro

Depressão Cláudia – Região Alentejo

Concelho	Freguesia	Data da ocorrência
Ferreira do Alentejo	Canhestros	12 a 14 de novembro
	Ferreira do Alentejo	12 a 14 de novembro
Fronteira	Fronteira	12 a 14 de novembro
Monforte	Vaiamonte	12 a 14 de novembro

Depressão Cláudia – Região Algarve

Concelho	Freguesia	Data da ocorrência
Castro Marim	Odeleite	12 a 14 de novembro
Faro	União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	12 a 14 de novembro
Loulé	Alte	12 a 14 de novembro
	Loulé (São Sebastião)	12 a 14 de novembro
Portimão	Mexilhoeira Grande	12 a 14 de novembro
Silves	São Bartolomeu de Messines	12 a 14 de novembro
	Silves	12 a 14 de novembro
	Alcantarilha	12 a 14 de novembro
	Algoz	12 a 14 de novembro
	Pera	12 a 14 de novembro
	Tunes	12 a 14 de novembro

319958044